

**ATA DA 37ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 5/11/2002

Início: 10:00 hs

Término: 18:20 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência justificada)
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depe@prodase.com.br)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Vanessa Tafla (vtafla@lacazmartins.com.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Alexander Max Figueiredo Sá (alexdesa@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos (lppassos@algar.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@recursoshidricos.sp.gov.br)
Organizações não governamentais: Sérgio Antônio Gonçalves (sag61@uol.com.br)

CONVIDADOS:

Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Cláudio Serrichio – CEIVAP (ceivap@ceivap.org.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Edílson de Paula Andrade – CEIVAP (ceivap@ceivap.org.br)
João Maurício Cabral de Mello – MRE (jmello@mre.gov.br)
Jorge Thierry Calasans – ANA (thierry@ana.gov.br)
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas – CEHIPOM (vargasma@zaz.com.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)
Robério Barbosa Bomfim – SRH/BA (rbomfim@srh.ba.gov.br)
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonste@ig.com.br)
Samuel R. Barreto – WWF/Brasil (samuel@wwf.org.br)
Sanderson Alberto Medeiros Leitão – MCT (samleitao@mct.gov.br)
Valter Otaviano Jr. – CONJUR/MMA

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às dez horas do dia cinco de novembro de 2002, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou a 37ª Reunião. Deu boas vindas a todos e referiu-se ao consenso que existe sobre a apreciação prévia pela CTIL, de propostas de resolução originadas nas demais CTs, a serem encaminhadas à Plenária do Conselho; esclareceu que a intenção seria a análise dos aspectos institucionais e legais dos respectivos documentos. Em seguida, leu a pauta da reunião e questionou sobre solicitação de alterações. A Dra. Leila propôs que o item 5 fosse o primeiro item a ser discutido. O Dr. Jair, por sua vez, solicitou que os itens 3 e 4 fossem tratados na parte da manhã do segundo dia de reunião. A Dra. Célia disse que a Dra. Leila Carvalho, Presidente da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR) também fez uma solicitação: que a proposta de resolução constante do item 6, encaminhada pela CTPOAR, fosse também discutida no segundo dia de reunião. Após discussões, a nova ordem da pauta para o primeiro dia de reunião passou a ser a seguinte: 1) Abertura; 2) Aprovação da Ata da 34ª Reunião; 3) Elaboração de proposta de nova composição para Câmaras Técnicas; 4) Análise das propostas de resolução encaminhadas pela Câmara Técnica do Plano

Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH) e pela CTPOAR; 5) Revisão do Regimento Interno. Para o segundo dia, a pauta ficou assim definida: 1) Abertura e 2) Análise das solicitações do CEIVAP; 3) Continuidade da revisão do Regimento Interno. Assim sendo, o Dr. Julio Thadeu passou ao item 2 da pauta: aprovação da Ata da 34ª Reunião da CTIL; a mesma foi aprovada sem modificações. Passando ao item 3, solicitou ao Dr. Luiz Cláudio que fizesse um breve relato das atividades desenvolvidas pela Secretaria Executiva de solicitação, aos Conselheiros, de manifestação de interesse em participar das Câmaras Técnicas cujos mandatos dos membros vencerão em 31 de janeiro do próximo ano. O Dr. Luiz Cláudio detalhou o processo desencadeado pela Secretaria Executiva, com ênfase para a tabulação das manifestações recebidas, além de destacar as manifestações recebidas fora do prazo estabelecido e suas respectivas justificativas. O Dr. Julio Thadeu acrescentou que a Secretaria Executiva, para esse item específico da pauta, fez ligações aos conselheiros alertando sobre a elaboração, nesta reunião da CTIL, da proposta de composição para as CTs. Dando início à discussão do assunto, o Dr. Julio Thadeu ressaltou que as CTs que tiveram solicitações de participação em número inferior à treze não precisariam ter sua composição analisada; salientou que, para estes casos, novas solicitações de participação encaminhadas em tempo hábil poderão ser acrescentadas, observada a ordem de chegada e o número máximo de treze membros. Dito isso e com a concordância de todos, ficaram definidas as propostas de composição para as seguintes Câmaras Técnicas: Análise de Projeto; Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços; Ciência e Tecnologia (Anexo I). Dando prosseguimento ao trabalho, foram solicitados os quadros de frequência das Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas (CTAS) e da CTPOAR. O Dr. Julio Thadeu falou sobre a importância de se manter o equilíbrio das representatividades; lembrou dos critérios previstos no art. 24 do Regimento Interno, obedecidos anteriormente na CTIL quando da elaboração de outras propostas de composição, além da questão da obediência ao prazo de encaminhamento. Durante as discussões foi salientada a importância de que fossem definidas as suplências para os casos de substituição por faltas, previstas no Regimento. O Dr. Jair e a Dra. Célia propuseram que fossem reconsiderados alguns casos de não manifestação, em especial o ocorrido com relação à participação dos Conselhos Estaduais – região Nordeste, na CTPOAR. O Dr. Jessé atribuiu o fato às dificuldades de articulação entre os Estados, além da questão financeira. Entretanto, em função de se preterir quem se manifestou em favorecimento de quem não se manifestou, as considerações não foram acatadas. Em função do exposto, o Dr. Julio Thadeu salientou a importância de que, na apresentação da matéria ao Plenário do Conselho, seja manifestada a estranheza da CT com relação à não manifestação de alguns segmentos. O Dr. Roberto propôs que as CTs fossem compostas por todos os segmentos, com a definição de número mínimo de representantes para início das reuniões. Foi salientado que, para tanto, haveria a necessidade de alteração do Regimento Interno e que a regra atual estabelece um número de componentes entre sete e treze. Após novos debates, ficou definida a proposta de composição para a CTAS (Anexo I), com suplências, nesta ordem, para: Ministério da Defesa; Ministério da Agricultura; Conselhos Estaduais – região Norte. Após novos debates, quando foram aceitas as justificativas para o atraso de envio das manifestações por parte da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República – SEDU/PR e dos Conselhos Estaduais – região Sul, foi também definida a proposta de composição para a CTPOAR (Anexo I). Com relação às suplências para a referida CT, ficou definida a seguinte ordem: Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Planejamento; Ministério da Saúde; Ministério da Integração Nacional; Irrigantes; Organizações técnicas e de ensino e pesquisa. Ficou também definido que o Dr. Julio Thadeu seria o relator da matéria na apresentação ao Plenário quando deveria ser dado destaque às colocações citadas anteriormente. O Dr. Alexander sugeriu, e foi acatado por todos, que, em função da ocorrência de não manifestação dos CERH – região Nordeste, que as correspondências da Secretaria Executiva sejam também encaminhadas para todos os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos do país. Às 12:30 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 15:00 horas, com a discussão do próximo item da pauta: análise da proposta de Resolução, encaminhada pela CTPOAR, referente a “Diretrizes para a outorga de uso dos recursos hídricos para o aproveitamento dos recursos minerais”. O Dr. Julio Thadeu lembrou que deveriam ser analisados somente os aspectos legais e institucionais, uma vez que a análise técnica já fora feita no âmbito da respectiva Câmara Técnica. A Dra. Célia, como participante da CTPOAR e também dos trabalhos do GT, fez um breve histórico dos trabalhos realizados. Disse que a Dra. Leila Carvalho Gomes, presidente da CTPOAR, solicitara que, durante os debates nessa CT, duas questões fossem especialmente enfocadas: a) a supressão do sexto “considerando”

da proposta de resolução e, b) a supressão do inciso V, do art. 2º, com base na argumentação de que a legislação do estado de São Paulo não permitia a solicitação de outorga para sistemas de disposição de estéril e de rejeitos. Após discussões, foi acatada a primeira solicitação. Com relação à segunda, foi decidida a permanência do inciso V, baseada no fato de que as leis estaduais podem ser mais restritivas que uma Resolução do Conselho; foi ressaltado que a Dra. Leila poderia, no Plenário, defender a supressão. O Dr. Jessé solicitou registro em ata da necessidade de elaboração de resolução para tratar das questões referentes à extração de águas minerais. Desta forma, e após algumas modificações de forma, ficou definida a versão da proposta de resolução a ser encaminhada ao CNRH, para deliberação (Anexo II). Dando prosseguimento, o Dr. Julio Thadeu colocou em discussão a proposta de resolução encaminhada pela CTPNHR referente à "Codificação de bacias hidrográficas" (Anexo III). Fez um breve histórico salientando o encaminhamento, da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH/MMA à Secretaria Executiva do CNRH, de minuta de proposta de resolução sobre Divisão Hidrográfica Nacional, como forma de atendimento à atribuição conferida pela Resolução CNRH nº 5, de 2000, e o posterior envio à CTPNHR. Prosseguiu explicando a metodologia de divisão e codificação de bacias hidrográficas, incluída na proposta em questão, e a decisão da CT de dividir o assunto em duas propostas de resolução: uma, sobre codificação de bacias hidrográficas, ora encaminhada, e outra, sobre a Divisão Hidrográfica Nacional propriamente dita, a ser discutida posteriormente na CTPNHR. Após discussões, ficou definido o encaminhamento da proposta de resolução, sem modificações, à Plenária. Neste momento, o Dr. Robério solicitou a reavaliação da proposta de composição das CTs, elaborada no período da manhã; como representante, na CTPOAR, dos Conselhos Estaduais - região nordeste, apoiou seu pedido no preterimento de participação na proposta de composição elaborada. O Dr. Julio Thadeu disse que durante as discussões sobre o assunto foi unânime a preocupação com a não manifestação de alguns segmentos, dentre eles os CERH da região nordeste. Entretanto, prosseguiu, foi entendido como injusto preterir, na escolha dos membros, segmentos que manifestaram interesse em participar. Ressaltou, inclusive, que foi observado que o processo de escolha de membros das CTs demandava modificações no Regimento Interno; lembrou que a participação nas CTs do Conselho era aberta, assim como a manifestação dos Conselheiros durante a discussão da matéria no Plenário do CNRH. Concluiu dizendo que, na sua opinião, a falta de manifestação de interesse na participação impedia a revisão do assunto. O Dr. Robério concordou com as argumentações do Dr. Julio Thadeu e retirou seu pedido de revisão, mas ressaltou que trabalharia para que o assunto fosse levantado durante a reunião do Conselho. O Dr. Carlos Eduardo solicitou a palavra e procedeu à leitura de manifesto encaminhado por ele, na condição de Conselheiro titular representante do segmento dos Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas (Anexo IV). No manifesto, o Conselheiro expôs a preocupação do segmento com a proposta de alteração do Regimento Interno do CNRH, versão 8, de 24/09/2002, que retirou os Comitês de Bacias Hidrográficas da composição do Conselho. O Dr. Julio Thadeu ressaltou que a preocupação era pertinente mas que o assunto era fruto de incoerência existente entre o Decreto nº 2.612, de 1998, e a Lei nº 9.433, de 1997, nos seus artigos 34 e 37, e que o segmento deverá ser alocado como órgão de governo. O Dr. Jair defendeu que o posicionamento dos Comitês no CNRH deveria ser mantido, apesar de não considerar adequada sua definição como organizações civis. A Dra. Cristina Yuan foi da mesma opinião. O Dr. Julio Thadeu lembrou que o Decreto que dobra o número de representantes no CNRH e o próprio PL nº 1.616 seriam duas formas de remediar esta situação. O Dr. Carlos Eduardo propôs que o Regimento Interno mantivesse, nesse ponto, a redação dada pelo Decreto nº 2.612, de 1998. A Dra. Cristina Yuan sugeriu que se observasse também o exposto no PL nº 1.616, com relação a esse aspecto. As colocações do Dr. Carlos Eduardo foram aceitas pelos presentes devendo ser incluídos os comitês na versão 8 da proposta de alteração, mais especificamente na alínea a, inciso VIII, art. 4º, do Regimento Interno. O Dr. Julio Thadeu encerrou os trabalhos do dia às 18:00 horas, com início previsto para o dia seguinte, às 9:00 horas.

DATA: 6/11/2002

Início: 9:45 hs

Término: 17:45 hs

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia seis de novembro de 2002, o Dr. Julio Thadeu iniciou os trabalhos do segundo dia da 37ª Reunião da CTIL. Lembrou dos assuntos constantes da pauta e propôs que, em função da previsão, para o período da tarde, do encaminhamento do parecer da Consultoria Jurídica do MMA (CONJUR) relativo à instituição da Agência de Água do CEIVAP, fossem discutidas inicialmente as questões constantes da Deliberação nº 15, de 2002, do CEIVAP (Anexo IV). Após a anuência de todos, o Dr. Jair

propôs que o Dr. Edílson, Secretário Executivo do CEIVAP, fizesse explanação sobre os assuntos constantes da Deliberação nº 15, com abordagem inicial partindo da Deliberação nº 8, de 2001, do CEIVAP, (Anexo V). O Dr. Julio Thadeu solicitou que o Dr. Edílson abordasse apenas os aspectos legais e institucionais, e deixasse os aspectos técnicos, especialmente a questão da montagem dos preços, para serem tratados na CTCOB. O Dr. Edílson fez um breve histórico do processo de implementação da cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul e salientou as pré-condições, estabelecidas na Deliberação nº 8, para sua efetiva implementação: aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia; instituição da Agência de Água; conclusão do processo de regularização dos usos; definição da metodologia de cobrança para os usos previstos em lei; definição dos usos considerados insignificantes, estes dois últimos, salientou, abordados nessa Deliberação nº 15. Discorreu também sobre a Deliberação nº 16, de 2002, do CEIVAP, que trata do referido Plano de Recursos Hídricos da bacia, cujo conteúdo foi aprovado pelo Comitê. O Dr. Julio Thadeu agradeceu ao Dr. Edílson pela apresentação e parabenizou o esforço realizado pelo mesmo e o CEIVAP na implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Lembrou da aprovação pelo Conselho dos critérios de cobrança aplicáveis, na bacia do rio Paraíba do Sul, para os setores industrial e de saneamento, e solicitou a distribuição da Resolução nº 19, de 2002, do CNRH; onde o Conselho aprovou o conteúdo da Deliberação nº 8 do CEIVAP. Lembrou também a inexistência, à época, da CTCOB. O Dr. Jair ressaltou que, por ocasião da aprovação da Deliberação nº 8, foram atendidos todos os pré-requisitos necessários para a efetivação da cobrança e que agora, com a Deliberação nº 15, os passos estabelecidos estariam sendo cumpridos; finalizou também ressaltando a importância do pioneirismo das ações do CEIVAP. A Dra. Cristina Yuan disse que a Lei nº 9.433, de 1997, determinava que a cobrança deveria ser estendida a todos os usos, o que teria sido previsto na Deliberação nº 8 e cumprido na nº 15. Em seguida, com relação à Deliberação nº 15, propôs a inclusão dos Conselhos Estaduais e Nacional na redação do artigo 5º e ressaltou que o repasse do equivalente a 0,75% do valor da energia elétrica produzida com a utilização das águas da bacia, previsto no § 1º do mesmo artigo, deveria ser uma constante e não apenas uma eventualidade, como estabelecido. As discussões se estenderam em torno do artigo 5º e seus parágrafos e a Dra. Patrícia salientou a importância do § 1º para assegurar a viabilidade financeira da Agência no período anterior à cobrança. Foi destacado que as alterações propostas não estariam sendo apenas de forma mas também de conteúdo; com isso, o Dr. Cláudio propôs que não fossem solicitadas, como condicionantes, alterações na Deliberação mas que as mesmas, se existissem, fizessem parte da Resolução do Conselho. O Dr. Jair colocou que a questão deveria ser aprovar ou não a Deliberação nº 15; propôs que as solicitações porventura levantadas fossem encaminhadas como observações ou condicionantes quando do encaminhamento da CTIL para a Plenária do Conselho. Ocorreram também discussões relativas à questão da definição do valor equivalente a 6,75% do valor da energia elétrica produzida com a utilização das águas de uma bacia como cobrança pelo uso de recursos hídricos. A Dra. Cristina Yuan ressaltou que o CNRH tinha a responsabilidade de publicar resoluções concisas; disse que não estaria a favor da aprovação de uma deliberação contendo aspectos com os quais não concordava; destacou a importância da participação da sociedade civil no processo de decisão, apesar da possibilidade do mesmo se tornar mais lento. O Dr. Hugo destacou a função das CTs na análise de questões encaminhadas ao Conselho e se mostrou desconfortável em encaminhar documentos, como a Deliberação em questão, contendo artigos cuja redação se justificavam em função de negociações ocorridas no âmbito do Comitê. O Dr. Edílson salientou que a Deliberação fora discutida, em cada um de seus aspectos, durante a reunião realizada em 4 de novembro último, com a presença de aproximadamente 40 representantes; propôs que a aprovação da Deliberação pelo CNRH ficasse condicionada ao atendimento de recomendações ou solicitações de alterações no texto da Deliberação nº 15, enviadas em anexo. Finalizou fazendo apelo para um parecer favorável da CT. O Dr. Julio Thadeu disse entender que um retorno ao Comitê deveria ocorrer somente no caso de solicitação de mudanças significativas. O Dr. Alexander destacou que o § 1º, art. 5º, ia de encontro ao estabelecido na Lei nº 7.990, de 1989, que, em seu art. 4º, isenta de pagamento de compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos as PCHs com produção de até 30 MW. O Dr. Roberto argumentou que poderia ocorrer a isenção de pagamento da contribuição financeira, mas que caberia ao Comitê definir sobre a questão relativa à cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O Dr. Julio Thadeu solicitou o encaminhamento, após o intervalo para almoço, de contribuições relativas ao art. 5º e seus parágrafos, de forma escrita. Dito isto, deu a palavra ao Dr. Otaviano que compareceu à reunião para prestar esclarecimentos da CONJUR relativo

a instituição da Agência de Água do CEIVAP. O Dr. Otaviano disse que a CONJUR estaria encaminhando despacho à ANA, nesse mesmo dia, com a solicitação de esclarecimentos adicionais necessários para analisar o assunto. O Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença do Dr. Otaviano e ocorreu o retorno à discussão da Deliberação nº 15. A Dra. Aparecida ressaltou que problemas relativos à cobrança pelo uso da água pelas PCHs foram verificados desde a aprovação da Lei nº 9.984, de 2000; solicitou registro em ata de que, há dois anos, como Conselheira suplente, tem tentado trazer esta questão para discussão na CTIL e no CNRH. O Dr. Julio Thadeu confirmou o encaminhamento do assunto, mas ressaltou que faltou que a interessada desse continuidade à discussão. Foi proposta pausa para almoço, às 12:45 horas. O retorno ocorreu às 14:40 horas. O Dr. Jair, retornando ao assunto em discussão, opinou que não deveriam constar no corpo da Resolução do CNRH sugestões e/ou condicionantes à aprovação da Deliberação do CEIVAP. O Dr. Julio Thadeu argumentou que, se constatado algum item da Deliberação que fosse de encontro à lei, não deveria ocorrer a aprovação; em seguida, propôs retorno à questão dos 0,75% previstos no § 1º, art. 5º, e solicitou comentários ao Dr. Cláudio. O Dr. Cláudio disse que, no seu entendimento, cobrança pelo uso da água não era a mesma coisa que a compensação financeira sobre o valor da energia elétrica produzida; ressaltou que a cobrança estabelecida pela Lei nº 9.984, de 2000, não isentou as PCHs, apenas não tratou da questão. Complementou opinando que, para esse caso específico, a Deliberação deveria prosseguir do modo atual, e se posteriormente as PCHs fossem objeto de algum tipo de privilégio, que o mesmo seria então considerado. O Dr. Alexander salientou que, das setenta e cinco empresas do setor de geração de energia elétrica, apenas quatro se encontravam instaladas na bacia do rio Paraíba do Sul e participaram da elaboração da Deliberação. Disse ainda que, em reunião posterior realizada com a presença de trinta empresas, fora deliberado que o setor entendia que as PCHs não eram passíveis de pagamento pelo uso da água. O Dr. Jessé opinou que compensação financeira é diferente de cobrança pelo uso da água; argumentou que não houvera cálculo de tarifa que caracterizava a cobrança e concordou com o encaminhamento da questão, com parecer favorável da CTIL, e condicionantes a parte. Ocorreram discussões focadas no § 1º do art. 5º. O Dr. Edílson salientou que tanto o CEIVAP quanto o CNRH estariam sujeitos a legislação posterior que poderia isentar as PCHs. O Dr. Julio Thadeu opinou não ser este o momento adequado, durante as discussões da Deliberação nº 15, para a CTIL analisar a questão das PCHs; propôs então a continuidade da discussão da Deliberação, nos aspectos pertinentes à CT, após o artigo 5º. Com relação ao art. 7º, foi questionada a competência do Comitê em deliberar sobre multas por atraso de pagamento. O Dr. Cláudio argumentou que se o Comitê definia preço para cobrança, inclusive descontos, também teria competência para definir ônus; citou que o Dr. Rodrigo Mello, Procurador da ANA, emitira parecer oral no mesmo sentido, durante a realização da reunião do CEIVAP que aprovara a Deliberação nº 15. Foi solicitado então que o Dr. Rodrigo emita parecer escrito sobre a questão, como forma de balisar a decisão da CT. O Dr. Jair se comprometeu a solicitar e encaminhar o parecer requerido. Dessa forma, foi decidida a elaboração de proposta de Resolução aprovando o conteúdo da Deliberação nº 15, do CEIVAP, com a explicitação de condicionantes anexos à mesma, e encaminhamento ao CNRH (Anexo VI). O Dr. Jair relatou ter recebido telefonema informando que a CONJUR estaria enviando, ainda naquele dia, parecer escrito ou depoimento verbal, com concordância ao parecer da Procuradoria da ANA sobre a questão da Agência. O Dr. Otaviano, retornando à reunião, disse que os esclarecimentos solicitados pela CONJUR à ANA têm o intuito de subsidiar a elaboração do parecer solicitado, principalmente no aspecto da viabilidade financeira da Agência no momento anterior à cobrança; relatou que não havia ocorrido ainda o retorno por parte da ANA das informações solicitadas e desta forma, como a responsabilidade era muito grande, a CONJUR encaminharia parecer conclusivo apenas na semana vindoura. Com isso, houve consenso quanto à necessidade de realização de reunião da CTIL na semana seguinte; ficando acertada a realização da 39ª reunião no dia 13 de novembro próximo, com pauta exclusiva para discussão da instituição da Agência de Água do CEIVAP. O Dr. Jessé ressaltou que as discussões foram produtivas e o resultado final, positivo. O Dr. Alexander parabenizou a todos pela forma de atuação, na luta pelo melhor, com os percalços inerentes a qualquer processo democrático. Às 17:45 horas, o Dr. Julio Thadeu encerrou os trabalhos e agradeceu a presença e o empenho de todos.

Aprovada na 41ª Reunião, realizada em 12 de dezembro de 2002.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO

